

OPINIÃO

A inflação, o imposto de renda e seus impactos sociais!

CÉSAR PIORSKI

Ao longo dos últimos anos, a solução (pseudo) salomônica encontrada pelo governo a fim de cumprir o seu papel de promover a distribuição de renda, segurança, justiça e proteção social não tem sido outra senão retirar de Pedro para dar a Paulo e com isso piorar a situação de ambos. O engenhoso mecanismo que permite tal façanha consiste em aumentar a tributação de maneira oculta, a partir da desvalorização monetária, tecnicamente conhecido como inflação.

No período compreendido entre abril de 2015 e fevereiro de 2023, o poder de compra da nossa moeda, medidos pelo IPCA, derreteu 55%, curiosamente a tabela do Imposto de Renda não seguiu a mesma lógica. Com isso, a falta de correção dos valores da tabela do Imposto de Renda pela inflação acaba fazendo com que muitas pessoas, principalmente aque-

las sem capacidade contributiva sejam tributadas injustamente, caracterizando um inacreditável "confisco do fisco".

Para entender melhor a situação, é preciso comparar a diferença entre os valores da tabela do Imposto de Renda e os valores corrigidos pela inflação. Em 2015, por exemplo, a faixa de isenção do Imposto de Renda era de até R\$ 1.903,98. Se este valor fosse corrigido pela inflação, em 2023, essa faixa de isenção seria de R\$ 2.951,16.

Ademais, perceba que o valor de R\$ 2.951,16 num sistema honesto e justo seria isento, entretanto pelo atual sistema, é tributado a uma alíquota de 15%. Ou seja, atualmente muitas pessoas que não teriam que pagar Imposto de Renda acabam sendo tributadas por causa do descompasso entre a inflação e a correção dos valores da tabela.

Essa situação também é grave quando se olha para as outras faixas de renda. Em 2015,

a faixa de renda que era tributada com a alíquota máxima de 27,5% começava a partir de R\$ 4.664,68. Se esse valor fosse corrigido pela inflação, em 2023, essa faixa de renda deveria ser de R\$ 7.229,94. Ou seja, muitas pessoas que ganham muito menos do que isso atualmente acabam sendo tributadas com a alíquota máxima, o que além de injusto é no mínimo perverso.

Contudo, este tenebroso arcabouço pode se revelar ainda mais desumano, para tanto, basta que se observe as implicações desta prática. Muitas pessoas que são tributadas além da sua capacidade econômica, acabam tendo que cortar gastos orçamentários em áreas como saúde, educação alimentação e transporte a fim de arcar com o ônus do imposto de renda. Isso acaba gerando um impacto negativo não só na vida dessas pessoas, mas também na economia como um todo.

Isso pode ter consequências negativas para o crescimen-

to econômico, já que os indivíduos podem deixar de investir em sua formação e empreender em novos negócios, tudo isso a fim de evitar o injusto ônus tributário.

Assim, entende-se que o principal pilar da proteção social é um sistema tributário que estimule a produção, a formação de capital e o empreendedorismo, além de garantir a justiça fiscal, sendo o primeiro passo para isso a correção da tabela do Imposto de Renda, visto que somente assim as políticas públicas poderão cumprir com seu verdadeiro objetivo, que é ajudar aqueles que precisam, e não prejudicá-los, como tem sido nossa prática comum.

DOUTOR, MESTRE E BACHAREL EM ECONOMIA COM ESPECIALIZAÇÕES EM ECONOMIA DE EMPRESAS, ENGENHARIA FINANCEIRA E MACROCENÁRIOS. ATUA COMO ESTRATEGISTA DA VOLK CAPITAL



Para entender melhor a situação, é preciso comparar a diferença entre os valores da tabela do Imposto de Renda e os valores corrigidos pela inflação

Métricas ESG: decisões assertivas para o sucesso empresarial a longo prazo

FILIPE MONTEIRO E THIAGO GOMES

Nestes últimos meses, uma sequência de eventos e acontecimentos que abrangem questões ESG (Environmental, Social and Governance) ganharam destaque na mídia. Entre elas, pandemias, mudanças climáticas, trabalho escravo, atuação de terceiros em desconformidade com a conduta da empresa e vazamento massivo de dados. Mas de que forma tudo isto vem impactando nas empresas, no mercado de capitais e, em última instância, no modelo atual de capitalismo e de sociedade em que vivemos?

Muito além de filantropia, os investidores vêm se atentando aos impactos que as questões ESG trazem às empresas e, conseqüentemente, aos seus investimentos.

Neste sentido, o mercado de capitais vem cobrando um posicionamento e uma aceleração da maturidade dos standards setters, o que culminou na criação do ISSB (International Sustainability Standards Board) pela IFRS (International Financial Reporting Standards Foundation) e a entrada em vigor dos padrões mundiais de divulgação de sustentabilidade.

Tudo isso mostra a preocupação destes investidores com

a má gestão das empresas, que, em muitos casos, são administradas de maneira míope, ou seja, com foco exclusivo em lucro e nos shareholders. Em contrapartida, nós, considerados os stakeholders, estamos bem-informados quanto às práticas ambientais, sociais e de governança das companhias.

A fim de ilustrar os impactos que as questões ESG trazem para as empresas, seguem alguns exemplos, bem como um paralelo quanto ao que o IFRS traz em seus frameworks e padrões para sustentabilidade.

No caso das vinícolas do Sul do Brasil, terceiros que atuavam para vinícolas brasileiras mantinham alguns de seus empregados em condições análogas à escravidão.

Tal fato nos mostra a importância do gerenciamento da cadeia de suprimentos relacionadas às práticas trabalhistas, que podem resultar em multas regulatórias e, ou aumento dos custos operacionais de longo prazo.

Além disso, a ausência de um gerenciamento efetivo eficaz aumenta a chance de riscos reputacionais associados às ações do fornecedor. Para mitigar tais riscos, a métrica IFRS requerida para o setor de bebidas alcoólicas, prevê que as empresas se envolvam com os prin-

cipais fornecedores por meio de auditorias especializadas e acompanhamentos periódicos para promover a resiliência na cadeia de suprimentos.

Correlacionando o impacto deste evento nas demonstrações financeiras, podemos pensar em menos receita em um curto prazo, consumidores que deixem de adquirir seus produtos, desgastes da marca, possibilidade de multas e processos judiciais, além de provável dificuldade de captação de recursos junto a instituições financeiras de primeira linha.

Também podemos citar as chuvas no litoral norte de São Paulo, que causaram 49 mortes no carnaval de 2023, além de destruir boa parte da infraestrutura de algumas cidades, exigindo um esforço coordenado entre governos municipais, estadual e federal.

Esse acontecimento tem relação direta com as mudanças climáticas, assunto prioritário na agenda ESG em todo mundo, e cujos impactos já estamos sofrendo no dia a dia. De acordo com a Métrica IFRS requerida para o setor de turismo relacionada às mudanças climáticas, os hotéis que operam em áreas expostas podem ser afetados por riscos como intempéries e inundações, além de enfrentarem

prêmios de seguro mais altos.

Confrontando o impacto nas demonstrações financeiras, podemos pensar na diminuição da receita em um curto / médio prazo devido ao receio dos consumidores de se exporem a ocorrências climáticas.

Por fim, o mercado financeiro está cada vez mais atento aos riscos climáticos, e o setor acaba ficando exposto principalmente no quesito do aumento de custo na contratação ou renovação de seguros.

E quanto ao caso SVB (Silicon Valley Bank), devido à política monetária de alta da taxa de juros executada pelo governo norte americano, em março de 2023, o banco norte americano enfrentou uma escalada rápida de saques após uma sinalização de prejuízos em seus investimentos de longo prazo. Para agravar os problemas do SVB, em matérias recentes na mídia foi publicado que havia uma aparente falta de supervisão do gerenciamento de risco por parte do conselho e da equipe de risco.

O SVB tinha um estatuto de comitê de risco documentando todos os componentes do gerenciamento de risco que deveriam estar em vigor para sua gestão. Então claramente havia uma desconexão entre o que eles di-

ziam no papel e suas ações. O SVB ficou sem seu diretor sênior de risco por cerca de oito meses em 2022 e essa lacuna de liderança pode ter deixado o conselho e a equipe de gerenciamento de risco no escuro.

Além disso, dos sete membros do conselho designados para o Comitê de Riscos do SVB, apenas um tinha experiência remotamente relacionada ao gerenciamento de riscos e nenhum, de acordo com as informações fornecidas na Declaração de Procuração 2023 do SVB, já ocupou um cargo sênior de gerenciamento de riscos.

Comparando à métrica do IFRS requerida para o setor de instituições financeiras relacionado com o evento do SVB, podemos inferir que seria possível para um gestor de riscos com certa bagagem, por meio dos resultados de testes de stress, realizar um planejamento para uma provável alta de juros pelo governo americano. Isso porque, dado o cenário pós-Covid-19, no qual foi necessária uma injeção de dólares no mercado para recuperar a economia, tal medida resultaria em um maior nível de inflação em curto ou médio prazos.

GERENTES DE AUDITORIA INTERNA E ASSESSORIA FINANCEIRA DA PROTIVITI